

**Eleições APG/UFSC
Gestão 2019-2020**

PROGRAMA DE CHAPA

ASSUM PRETO

CHAPA 1



As eleições da Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos (APG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão chegando e por mais um ano tem chapa com disposição de lutar. Nós, da Chapa “Assum Preto”, convidamos todas e todos a conhecer nosso programa político, continuidade das gestões anteriores da entidade, construído entre muitos encontros abertos com estudantes de diversos programas de pós-graduação da UFSC, infelizmente apenas do Campus Trindade.

Foi um longo debate sobre quais são os caminhos que devemos tomar para fortalecer as lutas do próximo ano na defesa da uma universidade pública e popular. Como resultado, apresentamos esse programa de chapa baseado nos seguintes princípios:

Você pode acessar o programa completo em:

**[tinyurl.com.br/
assumpreto](http://tinyurl.com.br/assumpreto)**

- Gestão anticapitalista e antifascista;
- Organização democrática e horizontal;
- Autonomia política e financeira em relação às organizações políticas, governos, reitoria, corpo docente e entidades privadas;
- Defesa da educação 100% pública, gratuita, laica, estatal, de qualidade, socialmente referenciada e emancipadora;
- Defesa do voto universal nas eleições/consultas públicas à comunidade acadêmica;
- Defesa do acesso e garantia de permanência das/os pós-graduandas/os;
- Reconhecimento de pós-graduandas/os como trabalhadoras/es, e extensão consequente de seus direitos;
- Combate à privatização e mercantilização do conhecimento;
- Combate ao assédio moral e às violências racistas, machistas, LGBTQI+fóbicas, xenofóbicas e de Estado;
- Defesa de uma saúde pública gratuita, universal, integral, que promova justiça social, com caráter comunitário e com participação ativa da sociedade em sua formulação e fiscalização.



CONJUNTURA POLÍTICA

O movimento estudantil da UFSC viveu em 2019 um ano de muita luta para barrar os avanços do atual governo no desmonte da educação pública e produção científica nacional. Essa intensa mobilização política pôde ser observada nas grandes manifestações em resposta aos cortes da educação implementados pelo Ministério da Educação (MEC), como o 15M, o 30M, o 12J e o 13A, e também na deflagração da Greve Estudantil, à qual a Pós-Graduação da UFSC aderiu em assembleia que contou com o número recorde de mais de 500 estudantes, no dia 11 de setembro. Somando-se a isso, temos a rápida escalada na agenda de precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Na saúde pública, vemos uma descaracterização do Sistema Único de Saúde (SUS), a maior política pública brasileira, que perde seu caráter universal com o subfinanciamento, com a troca de um modelo de base comunitária pelo modelo privatista de atendimento clínico e médico-centrado. Passando ao campo educacional, enfrentamos neste ano no ensino superior, junto ao contingenciamento orçamentário, o lançamento do Projeto Future-se. Enfrentamos ainda tempos de aumento de violência contra os povos da floresta, quilombolas, LGBTQI+, mulheres e a população negra.

A análise de conjuntura que elaboramos coletivamente pode ser lida em nosso programa completo. A partir dela e dos desafios por ela apresentados, nossa chapa defende:

✓ A revogação da Emenda Constitucional nº 95 (PEC do Teto de Gastos), da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência, da Reforma Trabalhista (nº 13.467/2017), da Lei das Terceirizações (nº 13.429/2017), de seu decreto complementar sobre o serviço público (nº 9.507/2019) e da Reforma do Ensino Médio (nº 13.415/2017);

✓ A suspensão da proposta do “Plano Mais Brasil” e suas três PECs;

✓ A manutenção e ampliação de um Sistema Único de Saúde de base comunitária e participativa, com caráter público e universal e com financiamento adequado para promover saúde e justiça social à população brasileira e catarinense;

✓ Uma educação, desde o ensino básico até o superior, fundada na liberdade de ensinar e de produzir conhecimento, relacionada às necessidades históricas dos povos oprimidos;

✓ O fim das medidas de privatização dos recursos naturais em todo o território latino-americano para o uso imperialista e o fim da perseguição dos povos e comunidades tradicionais;

✓ O protagonismo popular nas decisões sobre as matrizes energéticas, alimentares, produtivas e tecnológicas;

✓ A homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos;

✓ O fim do genocídio dos povos originários, através do avanço do agronegócio e do desmonte da SESAI e FUNAI pelo governo;

✓ A liberdade de expressão e de mobilização do povo brasileiro frente ao atual cenário, sem criminalização do movimento popular organizado.





GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

A associação de pós-graduandos/as da UFSC foi fundada em 1986, fazendo-se presente nas lutas da e pela Universidade. Neste ano, a APG assumiu uma importante posição nas lutas pela Universidade e pelas questões da categoria de pós-graduandas/os, construindo a organização com todas/os as/os estudantes e fazendo o chamado necessário à luta. A importância da APG em um momento de conjuntura de ataques contra a Universidade brasileira se desenha na sua construção junto aos estudantes e na sua disposição para a luta em uma resistência anticapitalista e na busca por uma outra sociedade.

Organização da entidade feita por comissões horizontais, divisão das tarefas, decisões coletivas sobre a atuação das representações discentes da APG e possibilidade de participação de todas/os que desejam construir uma APG democrática;

Reuniões periódicas e abertas que sejam divulgadas para permitir a participação de todo o corpo de estudantes de pós-graduação da UFSC;

Comprometimento com a abertura da sede da APG para atividades de interesses das/os pós-graduandas/os com intuito de que este se torne um ponto de encontro e de reconhecimento entre discentes de pós-graduação;

Continuidade do uso de todo o espaço do Centro de Convivência por estudantes e pela comunidade externa, na luta pela reforma e garantia de manutenção desse espaço, bem como de sua gestão coletiva;

Retomada da campanha contra o assédio nos programas de pós-graduação;

Construção de Boletins Informativos para veicular notícias que compreendam pautas internacionais, nacionais e locais, com vistas a situar as/os pós-graduandas/os na conjuntura, convocando-as/os para a luta;

Manutenção e atualização das plataformas virtuais próprias da APG; Organização de debates e palestras com temas pertinentes à pós-graduação;

Promoção de atividades de integração entre as/os pós-graduandas/os;

Incentivo a espaços e encontros organizados pelas/os estudantes da pós-graduação;

Diálogo com as/os estudantes da graduação, secundaristas e com suas entidades, assim como com técnicas/os, professoras/es, terceirizados/as e seus sindicatos;

Construção da Comissão Unificada da UFSC, que congrega as distintas entidades representativas das categorias que compõem a comunidade universitária;

Comunicação nacional com APGs de outras universidades do país e com a Associação Nacional de Pós-Graduandas/os (ANPG), tendo como horizonte a importância da nacionalização de nossas lutas;

Articulação com coletivos e movimentos sociais no combate às opressões, bem como na promoção de espaços de formação sobre o tema (debates, palestras, intervenções artísticas, cartilhas);

Reformulação do Estatuto da APG;

Formalização de uma parceria junto à Defensoria Pública e ao escritório modelo para defesa de pós-graduandas/os com questões jurídicas na universidade;

Promoção à participação das/os pós-graduandas/os de todos os campi da UFSC por meio da descentralização das atividades da APG.





ACESSO E PERMANÊNCIA

Hoje a Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina tem 11 programas que possuem ações afirmativas, um número ainda ínfimo ao considerarmos os 87 programas de pós. A luta para acesso e permanência visa, assim, o avanço das propostas de ações afirmativas na pós-graduação da UFSC e também a conquista da hoje inexistente política de permanência para pós-graduandas e pós-graduandos.

Implementação de ações afirmativas em todos os programas de pós-graduação para estudantes negros/as, indígenas, pessoas com deficiências, pessoas trans, refugiadas/os, migrantes em situação de vulnerabilidade social, quilombolas e demais setores sociais em situação de vulnerabilidade social;

Aprovação imediata da Resolução de Ações Afirmativas para a Pós-Graduação da UFSC, construída pela Comissão de Ações Afirmativas da PROPG, com representação da APG nos anos de 2018 e 2019;

Apoio aos programas para a implementação de Ações Afirmativas por meio de seus colegiados, através de materiais e apoio para essa reivindicação;

Garantia de ingresso para pessoas migrantes e/ou refugiadas nos programas de pós-graduação, na luta pela facilitação da revalidação de seus diplomas;

Garantia de bolsas por critérios socioeconômicos e para estudantes ingressantes por Ações Afirmativas;

Ampliação, universalização e reajuste anual das bolsas de pós-graduação, bem como reposição inflacionária desde o último reajuste (2013);

Ampliação das bolsas emergenciais como forma de minimizar problemas de permanência a curto prazo;

Ampliação da moradia estudantil, incluindo vagas para estudantes da pós-graduação;

Ampliação da acessibilidade em todos os programas, o que inclui mais profissionais para suporte, maior acessibilidade dos ambientes e reserva de bolsas para pessoas com deficiência;

Implementação de políticas de assistência estudantil para a pós-graduação, como isenção ao RU, bolsas permanência e auxílio moradia;

Defesa de medidas encaminhadas no I Fórum de Saúde Mental da Comunidade UFSC, tais como a luta pela reforma e manutenção do Centro de Convivência, o fortalecimento de iniciativas de avaliação discente, criação de comitês representativos em cada centro para o planejamento de ações de promoção de saúde mental, e validação de atividades artísticas, esportivas e de participação no movimento estudantil como créditos de disciplinas;

Discussão sobre direitos previdenciários para estudantes de pós-graduação;

Manutenção e ampliação dos direitos relacionados à saúde, tais como afastamento por doença e licença-maternidade/licença-paternidade, sem implicações na bolsa;

Garantia de permanência para pós-graduandas/os mães e pais, como creche ou auxílio-creche;

Garantia de meia passagem intermunicipal/interestadual para estudantes da pós-graduação;

Ampliação e desburocratização do processo de solicitação de auxílio para participação em eventos acadêmico-científicos, com a garantia de recebimento da verba antes do evento;

Garantia de auxílio para deslocamento e outras despesas inerentes à realização da pesquisa, incluindo a aquisição de livros e materiais.





DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA E COMBATE ÀS OPRESSÕES

Sem um contexto institucional e cultural inclusivo e participativo, não há atendimento de nossas demandas, tampouco debate de ideias em que nos reconhecemos enquanto categoria com interesses específicos. Por isso, defendemos medidas que estimulem esses princípios entre nós e nas instituições. Queremos uma universidade com igualdade e equidade, que combata tudo que venha a prejudicar o desenvolvimento de uma universidade popular, diversa, laica e transformadora.

 Luta pela garantia de voz e participação efetiva da representação discente nas instâncias decisórias dos programas de pós-graduação e da universidade, superando a representação meramente formal;

 Defesa do aumento da representação discente nas instâncias deliberativas da Universidade, rumo à paridade;

 Estreitamento do diálogo entre a entidade e representantes discentes dos programas de pós-graduação, contribuindo para a integração entre a representação dos programas;

 Defesa do reconhecimento e da participação de estudantes dos programas de pós-graduação lato sensu nas instâncias deliberativas e consultas públicas da UFSC;

 Escolha da reitoria pela comunidade universitária, a partir do processo de votação e com voto universal entre as categorias;

 Contra o desrespeito à ordem da lista tríplice apresentada pela comunidade universitária ao governo federal;

 Defesa de uma universidade autônoma, livre de imposições do governo e do mercado e que garanta a plena participação política de todas as categorias em seus processos decisórios;

 Por uma política de segurança universitária embasada na ocupação dos ambientes comuns e na promoção do senso de comunidade, que inclua a melhoria na iluminação dos campi, contratação de trabalhadores/as efetivos/as para essa finalidade e utilização pública do espaço dos campi pela comunidade externa aos finais de semana e feriados;

 Contra a entrada das Polícias nos campi e em defesa de sua desmilitarização;

 Defesa do direito ao uso do nome social;

 Pelo aumento do percentual de professoras/es mulheres, negras/os, indígenas, trans e com deficiência, transformando o perfil docente na pós-graduação;

 Defesa dos direitos e liberdades de reunião, de ensino, associação, expressão e manifestação política, fundamentados no respeito aos direitos humanos.



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nossas pesquisas, nosso trabalho e nosso futuro não estão à parte do contexto sociocultural no qual nos inserimos. Por uma educação e produção científica e tecnológica socialmente comprometidas, lutamos por condições dignas de formação!

Combate à privatização do ensino público;

Contra a cobrança financeira de qualquer natureza na pós-graduação lato e stricto sensu, repudiando o projeto de cobrança na lato sensu que está tramitando nos órgãos deliberativos da universidade;

Contra o desvio de função de pós-graduandos/as, bolsistas ou não;

Pelo financiamento público e estatal dos programas de pós-graduação e pesquisa, que contemple as diferentes áreas do conhecimento;

Contra a terceirização e as parcerias público-privadas nas universidades;

Defesa da formação didático-pedagógica de estudantes de pós-graduação e de sua atuação na extensão universitária popular, ameaçadas pelo atual caráter produtivista na academia;

Contra o atual modelo de internacionalização proposto pela CAPES, com o beneficiamento de determinadas áreas da produção científica e exclusividade de intercâmbio para 'países centrais';

Criação do cargo de pesquisador/a e abertura de concurso público no plano de carreira de TAEs;

Discussão da função social da extensão universitária, com a criação de um grupo de trabalho sobre o tema e reivindicação de representação discente da pós-graduação na Câmara de Extensão;

Debater o modelo brasileiro de pós-graduação, contrapondo-se à competitividade, à meritocracia e à distribuição desigual dos recursos, presentes no acesso e na avaliação dos programas;

Contra o Plano "Mais Brasil" que propõe reduzir salários e carga horária de professoras/es e técnicas/os.

Votação Online QUA 27/11/2019



 Assum Preto - Chapa 1 APG/UFSC
tinyurl.com.br/assumpreto

MEMBROS E APAIADORAS/ES

Alessandra Jungs de Almeida (PPGRI)

Alicia Moreira Barros (PPGECT)

Ana Lara Schlindwein (PPGECT)

Arthur Correa Maziero (PPGRI)

Augusto César Spadaccia Ascitti (PPGNET)

Eduardo Bernardes Geremias (PPGE)

Flavia Aline de Oliveira (PPGSP)

German Gregório Monterrosa Ayala Filho (PPGG)

Henrique Amador Puel Martins (PPGMTM)

Henry Bill Mc Quade Junior (PPGE)

Hiago Mendes Guimarães (PPGFIL)

João Pedro Vazquez (PPGSP)

Karine Rossi Pereira (PPGFIL)

Lia Christina Kirchheim Kehl (PPGECT)

Livia de Oliveira Guimarães (PPGECT)

Luis Carlos Nunes Vieira (PPGSC)

Luiz Carlos de Almeida Batista Pustiglione (PPGE)

Marília Dantas Tenório Leite (PPGI)

Paola Cristina de Freitas Villa (PPGFIL)

Paola da Cunha Nichele (PPGI)

Paulo Papen (PPGET)

Raíza Padilha (PPGECT)

Simone dos Santos Ribeiro (PPGECT)

Thiago Salgado Vaz de Lima (PPGE)

Venícios Cassiano Linden (PPGE)

Vinícius Ramos Puccinelli (PPGE)

